

Levantados do Chão: a formação da classe trabalhadora alentejana (1926-1974)

João Valente Aguiar**

Resumo:

Se a classe social está longe de se resumir a uma estrutura, a sua inserção histórica pode ser captada pelo pesquisador a partir da análise da sua processualidade. Assim, neste artigo procuraremos problematizar a pertinência do conceito de formação da classe trabalhadora na mobilização do operariado agrícola alentejano, durante o regime ditatorial do Estado Novo português.

Palavras-chave: Formação da classe trabalhadora. Classes sociais. Processo histórico.

Introdução. Edward Thompson e a formação da classe trabalhadora

No seu estudo clássico Edward Thompson definiu a formação da classe trabalhadora como um conjunto de dinâmicas intrínsecas à classe social, “um processo ativo que deve tanto à agência como ao condicionamento” (Thompson, 1991: 8). Basicamente, Thompson trabalha a relação dialética entre capacidade -histórica e contextualmente variável- de organização própria e por iniciativa da classe e os freios ao desenvolvimento da auto-organização da classe colocados pelas estruturas sociais (Estado, mercado, ideologias) e pelas classes dominantes. Assim, a classe não é em Thompson uma estrutura mas um processo, ou seja, um conjunto articulado de práticas coletivas que perpassam os domínios econômico, político e ideológico-cultural. Conjunto de práticas dotado de historicidade, tanto quanto à situação social e temporal em que é produzido como à sua dimensão processual. Isto é, uma mesma classe social é passível de adotar diferentes comportamentos e ações coletivas ao longo da sua existência. Cada classe tem sempre uma margem mínima e máxima para a produção e efetivação

*Pesquisador no Instituto de Sociologia da Universidade do Porto (Portugal). End. Eletrónico: joaovalenteaguiar@gmail.com

de práticas próprias – culturais e políticas – que podem fornecer ou receber elementos de práticas de outras classes. Por conseguinte, a

classe entende-se como um fenômeno histórico unificando um número de eventos aparentemente desconexos, tanto na matéria bruta da experiência como na consciência. Enfatize-se que este é um fenômeno *histórico*. Não vejo a classe como uma “estrutura”, nem mesmo como uma “categoria”, mas como algo que acontece na realidade (e que pode ser mostrado como aconteceu de fato) das relações humanas (Thompson, 1981: 8).

Em outras palavras, a manifestação específica de um grupo social num determinado contexto histórico e nacional não decorre obrigatoriamente apenas da sua posição subalternizada na estrutura social global. Para Thompson, é o trajeto global de uma classe numa formação social e as suas manifestações políticas e culturais específicas que importa contemplar. Estas não decorrem direta, unívoca e unilateralmente do lugar da classe nas relações sociais de produção e nas relações de propriedade, mas todo esse processo é mediado pelas instâncias política e cultural.

Assim, este artigo concentrará esforços no desdobramento deste complexo categorial que é a formação da classe trabalhadora que. Em primeiro lugar, na seção I ocorrerá um desdobramento (e um aprofundamento) teórico do referido complexo categorial, com particular destaque para o que iremos identificar como limites mínimos e máximos da organização da classe trabalhadora. Num segundo momento, o desdobramento preconizado será de ordem empírica e focalizado no exemplo do operariado agrícola alentejano, durante o período do Estado Novo português. Nesta parte, será descrito o processo de crescente organização daquela fração da classe trabalhadora portuguesa contra o regime fascista do Estado Novo.

I – Katznelson, formação da classe trabalhadora e a experiência de classe: limites mínimos e máximos da organização da classe trabalhadora

Tomando como ponto de partida um conceito de classe social abrangente e multidimensional¹, Ira Katznelson fundamentará a possibilidade de a classe trabalhadora constituir-se como um agente social coletivo a partir da interligação entre a

estrutura das relações de classe num nível macroeconômico; a experiência de vida da classe no local de trabalho e na comunidade residente; os grupos de pessoas

¹ “Sugiro que a classe nas sociedades capitalistas pode ser pensada como um conceito com quatro camadas associadas: estrutura, estilos de vida, disposições e ação colectiva” (Katznelson, 1986: 14).

dispostas a agir em termos de classe; e uma ação coletiva de classe (Katznelson, 1986: 21).

Assim, a formação da classe trabalhadora apresenta-se como “a emergência de uma classe trabalhadora relativamente coesa, auto-consciente da sua posição na estrutura social e com vontade e capaz de agir para a modificar” (idem:11). No fundo, trata-se da possibilidade de a classe trabalhadora, num determinado contexto espaço-temporal constituir-se como um sujeito histórico, independentemente dos resultados sociais e políticos atingidos. Por outro lado, quando se utiliza a expressão de sujeito histórico não se está reivindicando um papel de missão teleológica à classe trabalhadora. De fato, neste contexto, ressalte-se a problemática teórica da possibilidade, definida histórica e socialmente, de a classe trabalhadora poder se apresentar no palco político e social com uma atuação político-programática independente² e com uma estruturação interna de tipo coletivo.

Sintetizando as diversificadas experiências de formação das classes trabalhadoras francesa, alemã e norte-americana, Aristide Zolberg rejeita uma perspectiva que atribua um caráter de estrita singularidade a cada caso nacional. Se cada caso é um caso, isso não significa que certas características processuais não tenham afetado as diferentes formas da constituição da classe trabalhadora num movimento coletivo (Zolberg, 1986: 397-455). Portanto, importa somar à abordagem historiográfica, uma aproximação sociológica desta problemática. Uma aproximação que permita retirar padrões gerais de articulação entre estrutura social e ação coletiva, entre inércia e processo, entre relações sociais relativamente invariantes e práticas sociais modificadoras (re-produtoras, re-pavimentadoras) do tecido social.

Em simultâneo, Zolberg esclarece a importância de não equivaler estrutura e ação coletiva no estudo da formação da classe trabalhadora: “Se o advento do capitalismo industrial num dado país necessariamente criou condições à emergência de uma classe trabalhadora”, essa estrutura econômica “não determina por si só a dinâmica do desenvolvimento daquela e os resultados a que chega” (idem: 400-401). Portanto, níveis relativamente próximos de desenvolvimento (elevado) das forças produtivas e da configuração das relações de produção em países como Inglaterra, França, Alemanha ou os EUA, produziram trajetos políticos diferenciados das respectivas classes trabalhadoras. Por outro lado, o peso numérico da classe operária na população ativa total não é fator com uma

² Variável nos maiores ou menores níveis de consciência com que os agentes têm ou não dos seus objetivos políticos.

carga heurística relevante para a explicação da mobilização operária.

Assim, os limites máximos e mínimos em que uma classe pode se movimentar na paisagem social são percorridos por nuances e por múltiplas condicionantes que travejam uma realidade concreta riquíssima de exemplos, que podem se multiplicar quase infinitamente nas formas e nas características assumidas. Porém, a classe trabalhadora atua sempre dentro de um campo de possibilidades, marcado por uma série de propriedades estruturantes na sua modulação histórica. Zolberg nomeia tais propriedades estruturantes de “variáveis conceituais” (idem: 446), onde se podem incluir, entre as mais significativas, a configuração de um regime político e a relação que estabelece com as classes dominadas, a forma de articulação das instâncias econômica, política e ideológico-cultural numa determinada formação social, o posicionamento de um país no sistema internacional de Estados ou os ritmos inscritos nas conjunturas históricas.

Assim, importa acrescentar que a classe trabalhadora não atua na tessitura sócio-histórica aleatoriamente. Existem, constantemente, limites mínimos e máximos para a sua projeção social e política. Assim, se existem limites mínimos e máximos à atuação da classe trabalhadora, esta não é, em essência, nem revolucionária nem conservadora. Pelo contrário, “é” conservadora quanto mais próxima do limite mínimo e revolucionária quanto mais próxima de se estruturar como um agente coletivo com uma linha política e uma produção cultural autônomas. Clarificando, o limite mínimo para a atuação social e política da classe trabalhadora constitui-se, na prática, o que poderemos chamar de grau mínimo de organização interna da mesma. Isto significa que quando esta apenas se reporta, no campo econômico, à produção e circulação da mais-valia deixa, portanto, de ter uma organicidade e coesão interna entre os seus membros. Este grau/limite mínimo aponta para um estado de desagregação interna da classe, com amplas consequências, por exemplo, em baixas taxas de sindicalização, na construção de programas políticos ou reivindicativos circunscritos a questões sociais e laborais momentâneas (quando ocorre) ou na desintegração de partidos políticos de orientação socialista ou socializante. Em suma, o limite mínimo de organização da classe trabalhadora é, em termos hipotéticos, o equivalente a um total estado de atomização da classe trabalhadora.

Inversamente, o grau máximo de organização e mobilização da classe trabalhadora (tomada aqui como o conjunto dos trabalhadores assalariados) significaria que essa classe social evidenciasse um nível de profusão de entidades organizacionais próprias, a definição de uma vertente programática política e social independente do veiculado pela classe dominante e do Estado, a capacidade para se mobilizar coletivamente de forma mais ou menos regular e com uma identificação coletiva muito forte entre os vários agentes sociais dessa classe.

Assim, o limite máximo de organização da classe trabalhadora resumiria um estado de independência política, ideológica e organizacional relativamente às classes dominantes e às suas instituições de poder. Em última análise, tal estado de organização apontaria para a possibilidade de a própria classe trabalhadora afrontar abertamente o poder político e econômico dominantes, concorrendo para se tornar na classe social capaz de induzir novas lógicas de organização societal.

Tanto o limite³ mínimo como o limite máximo de organização da classe trabalhadora subscrevem uma abordagem hipotética, na medida em que surgem como dois pólos antagônicos, dentro dos quais as possibilidades reais e concretas de efetivação de práticas sociais e políticas daquela classe se desenrolam. Na verdade, ambos os limites do campo de atuação da classe trabalhadora raramente são tocados na concreção do real-social da classe. A generalidade dos processos históricos desencadeados por essa classe situa-se precisamente entre os dois pólos, independentemente da maior ou menor proximidade com um deles, em diferentes momentos históricos. O limite mínimo é, em certa medida, ainda mais raro e quase uma impossibilidade histórica na medida em que a sua concretização significaria, na prática, uma total ausência de sindicatos e de organizações sociais e políticas operárias, por menores que fossem. Ao mesmo tempo, isso seria sinônimo de uma completa inexistência de contestação – individual e coletiva – dos assalariados, algo ausente mesmo nas sociedades mais conformistas. Por seu turno, se o limite máximo é um horizonte de organização e de consciencialização social e política da classe difícil de se atingir – principalmente porque teoricamente implicaria uma quase total liberdade de manobra e de produção ideológica dessa classe, quando, de fato, as várias classes sociais condicionam-se entre si, apesar da sua maior ou menor força social num determinado momento histórico – a verdade é que as tentativas históricas que a classe trabalhadora empreendeu na contemporaneidade (Comuna de Paris de 1871, Revolução Russa de 1917, iniciativa da Unidade Popular no Chile em 1973, Revolução Portuguesa de 1974/75, etc.) aproximaram-se, em alguns casos mais, noutros menos, do referido limite máximo de organização. O desfecho dessas experiências apenas demonstra precisamente o hiato que continua a existir entre a efetivação concreta das dinâmicas coletivas da classe trabalhadora e as suas possibilidades de atuação em termos ideais. Por outro lado, o fato de não terem sido alcançadas ou aproximadas do seu limite máximo de organização, não quer dizer que essa possibilidade histórica esteja

³ Observe-se que existe igualmente uma relação estreita entre o limite mínimo de organização da classe trabalhadora e os efeitos das ideologias dominantes nesta classe social e, por outro lado, o limite máximo e o crescente rebater das influências políticas, ideológicas e institucionais das classes dominantes junto ao operariado.

liminarmente descartada. Pelo contrário, esse é um claro desafio para os futuros e prováveis processos de formação das classes trabalhadoras da atualidade.

Em outro patamar de problematização, dada a possibilidade – nunca confundir com inevitabilidade – histórica de a classe trabalhadora constituir-se como agente coletivo relativamente autônomo, o papel da sua organização e mobilização a partir de entidades de classe – sindicatos, partidos⁴ – ganha especial relevo. Se estas entidades, quanto mais próxima a classe estiver do limite mínimo, decidem pouco da transformação de uma massa amorfa de indivíduos que não se identificam com a (ou como) classe trabalhadora, elas desempenham papéis mais determinantes quando a classe constitui-se como sujeito coletivo. Não esquecer, contudo, o papel das organizações de classe na transformação da classe trabalhadora em força social e política. Se sindicatos, partidos ou outros movimentos sociais de caráter popular/operário não conseguem, por si só e num curto espaço de tempo, transformar amplas camadas fragmentadas e despolitizadas da classe trabalhadora num sujeito coletivo mobilizado socialmente, são essas entidades que permitem manter um certo nível de organização e de mobilização moleculares em camadas – minoritárias – dessa classe social. Portanto, a atribuição de um papel menos determinante nos processos históricos dessas organizações em períodos em que a classe trabalhadora aproxima-se do seu limite mínimo de organização, tem a ver somente com o seu menor peso na indução/propulsão de novas dinâmicas coletivas. Para uma possível organização futura da classe trabalhadora, essas entidades detêm inequivocamente o mesmo *grau/intensidade* de importância em diferentes períodos históricos. Naturalmente, a sua *substância* e a sua localização alteram-se no seio nos processos de formação⁵ da classe trabalhadora e de mobilização coletiva desta classe.

⁴ As lutas operárias que deixaram marcas mais profundas e duradouras nas estruturas sociais consubstanciaram regularmente a articulação entre luta política e luta reivindicativa. Em outras palavras, lutas e movimentações operárias e populares dirigidas contra executivos governamentais e/ou o aparelho de Estado e, ao mesmo tempo, lutas sindicais orientadas para a melhoria das condições de vida e de trabalho. Com efeito, os partidos operários eram, por um lado, constituídos por uma parte minoritária da classe trabalhadora (como a franja mais combativa e a mais vinculada a ações contestadoras da classe) e, por outro lado, atuavam na cena especificamente política. Inversamente, os sindicatos operam na esfera das reivindicações laborais e na defesa de interesses com um cariz mais imediato. Os sindicatos têm uma vertente mais aberta que procura integrar os mais vastos contingentes possíveis da classe trabalhadora, de um determinado setor profissional da classe trabalhadora.

⁵ O deflagrar dos processos de formação da classe trabalhadora passa também por crises na formação social como um todo, no Estado (1917) ou num regime (exemplo, Revolução Portuguesa de 1974). Ou seja, a desestruturação das instâncias política, social e econômica, quer dizer, a desfragmentação do papel unificador do conjunto da sociedade pelo Estado é um fator potenciador de lançar a classe trabalhadora para a frente da cena política, permitindo-lhe tomar a iniciativa na determinação da condução do processo político, independentemente das balizas estruturais em que uma crise social e política ocorre.

II. A formação do operariado agrícola alentejano (1926-1974)

Esta seção aborda a formação e desenvolvimento das movimentações sociais e políticas do operariado alentejano entre o início da década de 30 e o 25 de Abril de 1974. De fato, os elementos documentais (excertos de jornais e dados estatísticos) sofreram, neste capítulo, um processo interpretativo, acentuando os traços fundamentais acerca da movimentação da classe operária alentejana.

A este título, atente-se para as lutas e movimentações coletivas do operariado agrícola contra o regime ditatorial do Estado Novo. Com efeito, o padrão das lutas operárias durante a ditadura fascista portuguesa derivou da matriz cultural da classe trabalhadora agrícola alentejana, mas também da organização interna da estrutura fundiária. Sucintamente interligando território, recursos e relações sociais, caracterizaram a mancha classista no Alentejo. Desse modo, o critério posse/propriedades da terra (principal meio e recurso social de produção) surgiu como o fator mais estruturante para a definição das classes sociais da região antes de 1974. Com efeito, aliada a uma baixa taxa de urbanização na região, chega às vésperas da Revolução dos Cravos com a seguinte distribuição das classes sociais:

Tabela 1 – Classes sociais nos campos alentejanos

<i>Classes sociais</i>	<i>Latifundiários</i>	<i>Pequenos agricultores</i>	<i>Assalariados agrícolas</i>
<i>Percentagem da população ativa</i>	2,3%	14%	83,6%
<i>Área agrícola</i>	2.200.000 ha	1.000.000 ha	–
<i>Percentagem do total de terras</i>	68,7%	31,2%	–

Fonte: dados do INE (1968 – explorações agrícolas; 1970 – inquérito à população)

A concentração da terra era nítida, na virada da década de 70. A classe dominante nos campos – uma parte ínfima da população, pouco mais de 2% – detinha mais de dois terços das terras, e cerca de 30% de terras restantes nas mãos dos pequenos agricultores eram para mera subsistência/sobrevivência familiar, ou eram propriedades com solos pouco férteis. Por outro lado, os assalariados agrícolas – que representavam pouco mais de 80% da população – encontravam-se destituídos do recurso em que eles trabalhavam quotidianamente: a terra. E isto quando tinham emprego. Quando ocorreu a Revolução que instaurou o regime democrático, estimam-se cerca de 14 mil desempregados agrícolas (Piçarra, 2004: 212). Paralelamente, a situação econômica do operariado agrícola da região era, no mínimo, precária. Para além do trabalho de sol a sol, que iria pintar a região desde tempos imemoriais até 1962, e do desemprego, atente-se que, por exemplo, entre 1960 e 1962 as diárias eram de 24 a 30\$ (15 centavos de euro, no máximo)

para os homens e de 13 a 16\$ (8 centavos de euro por dia) para as mulheres (Gervásio, 2004: 182).

Quanto à atividade econômica, através de uma leitura atenta do Projeto do II Plano de Fomento (1958) para a agricultura, não se encontra uma linha sobre a melhoria das condições de vida das populações trabalhadoras da região. Todo o Plano, alegadamente destinado a fomentar o desenvolvimento econômico do país, não contempla nunca a melhoria dos salários na região, o combate ao desemprego, a introdução de mecanismos legais traduzidos em termos de contratos trabalhista, a modificação dos horários de trabalho, etc. Em todo esse texto oficial do regime apenas se encontram tópicos relacionados com “hidráulica agrícola”, “povoamento florestal” e “reorganização agrária” (VVAA, 1958). Mesmo o último ponto – reorganização agrária – apenas enfoca a questão da melhor forma de reconfigurar a estrutura da propriedade para tornar o latifúndio mais rentável do ponto de vista capitalista.

Por conseguinte, a contestação ao regime do Estado Novo surgiu como uma extensão desta dupla dinâmica firmada na esfera simbólico-ideológica – a cultura popular da região – e nas relações de propriedade preponderantes no latifúndio.

A consolidação institucional do regime político do Estado Novo não teve apenas consequências ao nível da própria sobrevivência de uma forma fundiária arcaica: o latifúndio. Essa consolidação institucional do regime fascista – promovida pelo desbaratar violento de toda a oposição popular, desde o “revirinho” até à ilegalização de todos os partidos e à repressão brutal da greve geral de 18 de Janeiro de 1934⁶ – teve também reflexos na própria dinâmica da classe trabalhadora alentejana. A primeira observação é a necessidade que a classe operária agrícola da região teve em adotar formas de luta que exigissem uma clara consciência política/social da longa duração dos enfrentamentos de classe. Em outras palavras, a fascização da vida nacional – assentada na proliferação de organizações estatais e para-estatais como Casas do Povo, o Movimento Nacional Feminino, a Legião Portuguesa, a Mocidade Portuguesa, os Sindicatos Nacionais, etc., que denotam uma clara sustentação e robustez orgânica interna do regime, pelo menos até à sua primeira grande crise com o fim da Segunda Guerra Mundial e à derrota das experiências fascistas por toda a Europa. Até então, o apoio internacional das potências autoritárias (Itália, Alemanha, Espanha franquista, etc.) e o eficaz e seletivamente orientado recurso à violência física e de censura contra os seus

⁶ O regime realizou “um total de 696 presos”, no rescaldo dessa iniciativa de luta operária, constituindo o “esfrangalhar dos núcleos de resistência à organização corporativa” (Patriarca, 2000: 458;490).

adversários políticos, forneciam uma estabilidade ao regime fascista de Salazar e as lutas de confronto aberto estariam fadadas ao insucesso.

Assim, face ao poder do Estado fascista da época, a luta operária nos campos alentejanos assumiu formas relativamente novas às ocorridas na Primeira República: iniciativas influenciadas pelo anarco-sindicalismo assentes na ação direta. Ainda mais relevante, iria crescer a consciência de que a movimentação coletiva dessa classe teria de ser orientada para um longo processo de acumulação de forças. Esta noção da movimentação coletiva concretizou-se por uma persistente luta econômica e reivindicatória de suprir as gritantes necessidades básicas dos trabalhadores alentejanos e, de outro lado, pela construção de uma classe social com um elevado grau de politização e de consciencialização da sua situação como assalariados agrícolas economicamente explorados pelo latifúndio e politicamente oprimidos pelo regime. Esta dimensão de longa duração é bem expressa nas palavras de Américo Leal:

após muitas lutas contra o trabalho de sol a sol e pela redução do horário de trabalho em certas atividades, como na cava das vinhas e noutros trabalhos pontuais, foi a partir de 1960 que os trabalhadores agrícolas do Alentejo passaram a ter no Verão duas horas para o almoço e meia hora para a merenda, o que, mesmo assim, os obrigava a trabalhar 11 e 12 horas por dia. Os salários, embora sempre dependentes da luta dos trabalhadores em cada região, e por vezes em cada herdade, eram, em 1940, de 8 a 10 escudos por dia para os homens e de 2 a 3 escudos para as mulheres, passando, em 1960, na Herdade da Palma e devido a constantes ações reivindicativas, para 15 escudos para os homens e 7 escudos para as mulheres (Leal, 2005: 28) [grifos meus].

Repare-se que o aumento salarial citado pelo autor demorou cerca de 20 anos para ser concedido. Daqui se percebe o caráter de longa duração das lutas operárias no Alentejo, decorrente da própria natureza do regime e da estrutura fundiária existente.

A mutação no tipo de lutas operárias na região iria obedecer a dois fundamentos principais:

1) desenvolver no plano político os laços de solidariedade e de fraternidade já existentes ao nível das sociabilidades culturais, o que significava adotar lutas reivindicatórias em torno de objetivos concretos e de satisfação imediata dos trabalhadores agrícolas (salários, horários de trabalho, períodos de descanso, etc.);

2) à luta descoordenada em cada herdade procurar agregar essas lutas parciais por vila ou aldeia, apostando-se, para isso, na intervenção reivindicatória nas praças de pagamentos existentes em cada unidade administrativa territorial.

Nas décadas de 40 e 50, ao lado das mobilizações para reivindicações de carácter econômico, acrescentaram-se aspectos políticos às mobilizações operárias. Sobretudo na década de 50, recorreu-se com maior frequência à greve como forma de luta, e o confronto com o regime tornou-se mais violento. Sem qualquer forma de legitimação ideológica ou de carácter normativo para barrar as mobilizações operárias, só uma mais implacável repressão poderia deter a crescente magnitude da organização coletiva dos assalariados agrícolas alentejanos. Aliás, a repressão por si só é insuficiente para fazer retroceder um movimento popular ascendente, sobretudo se não conseguir destruir as bases produtoras do seu viver social: no caso do operariado agrícola alentejano, a sua base cultural, a sua posição nas relações sociais de produção da propriedade latifundiária, a não destruição da organização política que dessa classe. O caso do assassinato de várias figuras políticas alentejanas (contamos apenas os casos antes de 1958) pelas forças policiais (GNR e PIDE) do regime, como Germano Vidigal (assassinado em Junho de 1945 à pancada no posto da GNR), António José Patoleia (morto, em 1947, na sede da polícia política de Vila Viçosa), Alfredo Lima – (morto a tiro pela GNR da localidade em 1950) e Catarina Eufémia – (assassinada à queimadura em 19 de Maio de 1954 na aldeia de Baleizão) evidenciam como, no caso da luta operária alentejana contra o regime e por melhores condições de vida, a violência não é suficiente para desorganizar uma classe que conta com um nível de estruturação interna muito forte, quanto à solidariedade entre os operários em luta como à sua disposição para lutar e para enfrentar as forças policiais, com objetivos políticos muito precisos.

Na década de 60, haverá um dos acontecimentos mais importantes e mais marcantes de centenas de anos de luta dos assalariados da região: a luta pela conquista das oito horas diárias de trabalho. O fim do secular trabalho de sol a sol seria possível num contexto de desagregação interna do regime (agravada pelo início da Guerra Colonial em 1961 e pelas lutas estudantis de 1962) e de crescente capacidade organizativa da classe operária agrícola alentejana. A conquista das oito horas diárias de trabalho foi precedida de centenas e centenas de ações de protesto e reivindicativas ao longo, pelo menos, das duas décadas anteriores. Por outro lado, num período de tempo mais curto, a mobilização operária de Abril e Maio de 62 resumiu todo um longo processo de “pequenas reuniões de trabalhadores para discutir o Primeiro de Maio e as 8 horas de trabalho por dia” (Gervásio, 1996: 20). A proliferação de reuniões – quase todas clandestinas – pelos campos alentejanos foi acompanhada da definição pela base dos trabalhadores agrícolas de um conjunto de reivindicações que seriam publicadas no jornal do Partido Comunista dedicado para aquela classe social – *O Camponês* – na sua edição de Junho daquele ano:

as nossas reivindicações económicas mais imediatas e pelas quais devemos lutar são:

1º - Garantia de trabalho;

2º - Salários mínimos de 30 escudos para homens e 20 escudos para mulheres. Que ninguém trabalhe por menos destes salários;

3º - Jornada de 8 horas. Que ninguém trabalhe de sol a sol (VVAA, Jun.1962: 1).

Este era um caderno reivindicativo encontrado desde 1954 (VVAA., Mai.1954: 1). Assim, aproveitando a comemoração do Primeiro de Maio, operários do Alentejo e da margem sul do Ribatejo levaram a cabo uma ação de luta verdadeiramente eficaz e criativa. Na prática, dezenas de milhares de operários agrícolas nas primeiras semanas de Maio trabalharam apenas durante oito horas, tirando uma hora para o almoço.

Como registrou António Gervásio, principal dirigente das lutas operárias de 1962 no Alentejo,

a conquista das 8 horas pelos operários agrícolas do Sul constitui uma importantíssima vitória política dos trabalhadores do campo. Mais de 250 mil trabalhadores têm participado nesta luta através da greve, de concentrações, de levantamentos de ranchos, de choques com as forças repressivas, etc. A luta não tem sido fácil. Muitos trabalhadores têm sido presos e outros obrigados a fugirem das suas terras. Se os agrários não têm resistido mais é porque a luta tomou uma tal envergadura que assustou os fascistas. O mês de Maio de 1962 ficará sendo uma data histórica no movimento dos operários agrícolas. As 8 horas são uma das reivindicações mais sentidas dos assalariados agrícolas do Sul (Gervásio, 1996: 45).

Assim, dava-se uma nevrálgica machadada na forma de propriedade do latifúndio em decadência. Não se pense, todavia, que essa grande onda de mobilização operária foi alcançada pacificamente. Depois do assassinato de Adelino dos Santos, morto a tiro em frente à Câmara Municipal de Montemor em 1958, António Adângio seria assassinado a tiro nas ruas de Aljustrel a 28 de Abril de 1962, precisamente no momento em que a onda de 250 mil operários agrícolas começava a erguer. Percebe-se também o grau de decomposição do regime e a sua incapacidade em destruir as condições – sociais, económicas, culturais e políticas – de germinação da escalada de mobilização do operariado agrícola alentejano.

Desta jornada de 1962, retiremos duas relevantes notas de balanço. Primeira: a jornada diária de oito horas foi conseguida por intermédio da ação política dos trabalhadores agrícolas e não de uma qualquer benesse do Estado Novo e das classes dirigentes. As oito horas nunca foram regulamentadas juridicamente,

mas a sua prática efetiva foi concretizada na generalidade das grandes herdades alentejanas. Um primeiro sinal da possibilidade da mudança das estruturas sociais, pela ação de um sujeito social coletivo, pode ser evidenciado neste ponto específico. Uma segunda nota refere-se ao “entrelaçamento da luta política com a luta econômica” (idem: 64). Com a escolha do Primeiro de Maio como abertura das hostilidades, o operariado agrícola da região deu um salto qualitativo na sua própria percepção de sujeito social. De um sujeito vocacionado para lutar por objetivos imediatos – o que também aconteceu nas jornadas de 1962 – o operariado alentejano assumiu-se como um sujeito político capaz de, por toda a planície alentejana (e ribatejana), se mobilizar pelo que considerava serem as suas aspirações mais profundas, e obendo conquistas que representavam duros golpes no poder do latifúndio e do próprio regime no Alentejo. Como afirmou António Gervásio, “os trabalhadores ligaram a comemoração do 1º de Maio com a luta pela conquista das 8 horas, com a luta por um salário certo de 40 escudos para as ceifas e de 30 escudos para os serviços dos arrozais” (idem). O cruzamento das duas modalidades de mobilização política e social descrevem um grau de organização e de consciencialização muito mais agudo do operariado agrícola, com forte repercussão nas duas décadas seguintes.

Nos doze anos seguintes até à Revolução de Abril de 1974, constata-se que as lutas reivindicatórias, greves e concentrações continuaram, solidificando a unidade interna dessa classe social. Ao mesmo tempo, a contestação da Guerra Colonial politizou ainda mais o próprio operariado agrícola alentejano. Desde pequenas lutas reivindicatórias nas Câmaras Municipais de Évora e de Alcácer do Sal (VVAA, Jan.1963: 06), até à greve dos operários agrícolas de Alpiarça em Abril de 64 por um aumento de 5 escudos na sua jorna (VVAA., Abr.1964: 01), às greves em Avis e Vendas Novas em 1965 por melhores salários (VVAA., Mai.66: 2-3), passando pelas manifestações sucessivas do Primeiro de Maio e da conquista de salários de 90 escudos em várias localidades (VVAA., Jun.69: 03) e às greves de seis mil operários agrícolas em Janeiro de 1974 (VVAA., Jan.1974: 03), ressalte-se a consolidação de uma política reivindicatória que iria ajudar a formar alguns jovens operários para o contexto inesperado da Reforma Agrária, desencadeada após a Revolução dos Cravos de 1974.

Breves notas finais

Tal como uma semente, a classe trabalhadora alentejana pôde elevar-se à posição de uma classe social capaz de afrontar as classes dominantes da região pelo controle da produção da vida social e econômica no Alentejo, na medida em que tinha:

- a) uma prolífica produção cultural auto-centrada na sua vida societária local

e no seu próprio caráter de auto-produção cultural, portanto, altamente desconectado da produção cultural e ideológica exterior às suas comunidades e à sua região;

b) um operariado agrícola com uma grande coesão política e organizativa, fruto de décadas de embates com os poderes dominantes, nomeadamente através das lutas pelo emprego, salários, horários de trabalho. Em suma, forjou-se uma cultura regional (algo único no país durante a ditadura) que projetou uma cultura societária de solidariedade a um mais aberto confronto com a ditadura de Salazar. Constituiu-se, assim, uma cultura política, um tabuleiro axiológico operacionalizado em termos de ações políticas e reivindicatórias. Por conseguinte, mesmo as práticas políticas não se separam de variáveis de índole cultural e significacional na sua própria gênese e constituição interna;

c) um regime político e uma estrutura agrária arcaica que, apesar da repressão impiedosa às revoltas operárias, fermentaram um terreno mais favorável à mobilização coletiva, na medida em que a sua longa decadência era incapaz de rebentar a sociabilidade interna do operariado agrícola.

Com efeito, a mobilização social desta classe parece demonstrar a pertinência analítica do conceito de formação da classe trabalhadora, na medida em que integra simultaneamente: 1) os efeitos das estruturas económicas, sociais e políticas de um determinado contexto espaço-temporal na configuração interna de uma classe social específica; 2) a inserção das práticas coletivas de uma classe trabalhadora no tabuleiro mais ou menos plástico e moldável da processualidade histórica; 3) a retroatividade das práticas sobre as estruturas, rejeitando as noções estruturalistas que defendem uma relação unicausal e unidirecional das estruturas sobre os comportamentos dos indivíduos. Assim, as possibilidades, sempre variáveis em cada contexto histórico, de as classes trabalhadoras se mobilizarem pelo que consideram ser o seu interesse, podem ser contempladas pelas Ciências Sociais, evitando, desse modo, a queda no precipício de abordagens tecnicistas que reduzem as classes sociais a meros enunciados estatísticos e demográficos, portanto, despidas da sua espessura histórica e cultural. É neste quadro que a conceitualização da categoria da formação da classe trabalhadora adquire um relevo ainda mais atual.

Bibliografia

GERVÁSIO, António (2004). A luta do proletariado agrícola: de sol a sol até à Reforma Agrária. In: MURTEIRA, António (org.). *Uma Revolução na Revolução: Reforma Agrária no Sul de Portugal*. Montemor-o-Novo: Câmara Municipal de Montemor-o-Novo.

- _____ (1996). *Lutas de massas em Abril e Maio de 1962 no Sul do país*. Lisboa: Avante
- INE (1968). Superfície agrícola utilizada (ha) por Localização geográfica (NUTS) e classes de superfície agrícola utilizada. In: *INE -Inquérito às Estruturas das Explorações Agrícolas*. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística.
- _____ (1970). *Censo geral à população portuguesa (1960-1969)*. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística.
- KATZNELSON, Ira (1986). Working-Class Formation: constructing cases and comparisons. In: KATZNELSON, Ira e ZOLBERG, Aristide (org.). *Working-class formation: nineteenth-century patterns in Western Europe and the United States*. Princeton: Princeton University Press.
- LEAL, Américo (2005). *O Rosto da Reforma Agrária*. Lisboa: Edições Avante.
- PATRIARCA, Fátima (2000). *Os sindicatos contra Salazar: a revolta do 18 de Janeiro de 1934*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- PIÇARRA, Constantino (2004). O movimento social dos assalariados agrícolas do distrito de Beja: do 25 de Abril às primeiras ocupações. In: MURTEIRA, António (org.). *Uma Revolução na Revolução: Reforma Agrária no Sul de Portugal*. Montemor-o-Novo. Câmara Municipal de Montemor-o-Novo.
- THOMPSON, Edward (1991). *The making of the English working class*. London: Penguin.
- VVAA. (1954-Maio). Grandes vitórias dos camponeses. *O Camponês*, n. 44, ano VI.
- _____ (1958). *Boletim dos Serviços Industriais*. Lisboa: Governo da República Portuguesa.
- _____ (1962). Magnífica vitória dos operários agrícolas! Mais de 350 mil trabalhadores do Sul conquistaram as oito horas! *O Camponês*, n. 94, junho.
- _____ (1964). Greve vitoriosa dos operários agrícolas. *Avante!* n. 340 VI série, abril.
- _____ (1966). Dezenas de milhares de trabalhadores lutam em todo o país. In jornal *Avante!* n. 366, VI série, maio.
- _____ (1969). Os operários agrícolas entram em luta. *Avante!* n. 403 VI série, junho.
- _____ (1974). Greves e paralisações. *Avante!* n. 461 VI série, janeiro.
- ZOLBERG, Aristide (1986). How many exceptionalisms? In: KATZNELSON, Ira e ZOLBERG, Aristide (org.) *Working-class formation: nineteenth-century patterns in Western Europe and the United States*. Princeton: Princeton University Press.